

PORANTIM

ISSN 0102-0625

Em defesa da causa indígena

Ano XXXIII • Nº 322 • Brasília-DF • Jan/Fev – 2010
R\$ 3,00

Governo edita decreto de reestruturação da Funai e indígenas reagem

Páginas 4 e 5

Delegação visita Europa e faz campanha contra a Transposição do Rio São Francisco

Página 7

ESTA PAISAGEM PODE ACABAR

Ibama libera licença prévia para o leilão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o governo vai empurrando "goela abaixo" uma obra extremamente prejudicial para indígenas, ribeirinhos e toda a população do Xingu.

Páginas 8 e 9

NOTA DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Contra construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

O Conselho Indigenista Missionário vem a público manifestar sua indignação frente à concessão, pelo IBAMA, da licença prévia que permitirá o leilão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, município de Altamira/PA.

Na opinião do Cimi, este é um projeto autoritário, oriundo ainda do período dos governos da ditadura militar e que, desde então, sofre oposição dos movimentos sociais, dos povos indígenas, ribeirinhos, ambientalistas, cientistas, especialistas em energia hidráulica e da população em geral da região do Rio Xingu. Todos estes segmentos são unânimes em dizer que esta obra é inviável em função de seus impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais. Além disso, a navegabilidade das águas nos trechos de vazão reduzida será inviabilizada, comprometendo a sustentabilidade de povos indígenas e ribeirinhos que dependem do rio para viver.

No que se refere à capacidade energética de Belo Monte, o governo vem sustentando a versão falaciosa segundo a qual seriam gerados 11.223 MW, quando todos os estudos demonstram que a geração média será de 4.428 MW devido à variação da vazão das águas entre o período das cheias e das secas.

O Cimi se soma às vozes que ecoam na Amazônia, nas demais regiões do Brasil e no exterior contrárias à construção deste empreendimento porque, além dos impactos acima referidos, ele tem como objetivo primeiro a geração de energia para as empresas mineradoras que exploram ferro, alumínio, bauxita, manganês e outros minérios na

região amazônica. Estes segmentos econômicos saqueiam os recursos de nosso país, os exportam e deixam aqui no Brasil apenas a terra devastada.

O Cimi também repudia o modo como esse projeto vem sendo apresentado pelo governo do presidente Lula, de maneira autoritária, sem participação da população. Além disso, os estudos de impacto ambiental e de viabilidade socioeconômica foram realizados apenas para atender formalidades e não para apontar com seriedade sua viabilidade. O próprio Ibama, ao conceder a licença prévia, alegou nas suas conclusões técnicas que algumas questões não puderam ser analisadas com profundidade, dentre elas o componente indígena e as contribuições das audiências públicas e que, portanto, não concluiu sua análise a contento.

Na avaliação do Cimi, é também descabida e inaceitável a reação, transmitida em nota pública, da Advocacia-Geral da União contra possíveis iniciativas de procuradores do Ministério Público Federal. Tal reação constitui-se numa clara manifestação de intransigência e tentativa de intimidação a procuradores que, por ventura e necessidade jurídica, venham legitimamente a ingressar com ações judiciais contra as obras de Belo Monte.

Por fim, nos solidarizamos com todas aquelas comunidades que sofrem a imposição deste desastroso projeto e conclamamos aos movimentos sociais, populares, ambientais, indígena e indigenista a continuarmos firmes e unidos na luta contra Belo Monte.

Brasília, 04 de fevereiro de 2010
Conselho Indigenista Missionário

MARIOSAN



“Dinheiro não é problema”

De acordo com o jornal Campo Grande News, Lula afirmou que o Governo Federal tem dinheiro para adquirir as áreas para colocar indígenas no Mato Grosso do Sul. “Dinheiro não é problema”, teria garantido o presidente, sinalizando estar disposto a comprar terras para colocar os indígenas. Realmente, o dinheiro não é o problema. O problema é seguir as leis e a própria Constituição Federal, garantindo que povos indígenas vivam de forma digna nas terras que sempre lhes pertenceram.

Aldo Rebelo 1

Aldo Rebelo afirmou em audiência pública realizada em Ribeirão Preto para debater o Código Florestal, que membros do Ministério Público agem como “braços jurídicos das ONGs” ambientalistas. A informação é do Blog do Sakamoto. Mas a atitude do parlamentar já não é uma surpresa para quem acompanha as causas indígenas. Com a decisão a favor da homologação de Raposa Serra do Sol, o deputado também já havia declarado sua opinião, afirmando que ela “agredia o interesse nacional e projetava incertezas quanto à unidade da nação”. O deputado já é praticamente da bancada ruralista. Espera-se que este não seja o mesmo pensamento de seu partido.

Aldo Rebelo 2

Mais uma contribuição para a humanidade: Aldo Rebelo lançou, no dia 24 de fevereiro, o livro “Raposa Serra do Sol – o índio e a questão nacional”. Em seu livro ele escreve sobre o “erro geopolítico” na demarcação da terra indígena. Aqui se percebe que o deputado realmente assumiu a causa...dos fazendeiros!

ISSN 0102-0625

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 26/02/2010

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Maíra Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezida

Egon D. Heck
Nello Ruffaldi

Paulo Guimarães
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Ronay de Jesus Costa

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
Ass. de apoio: R\$ 60,00
América latina: US\$ 40,00
Outros Países: US\$ 60,00

Desafios e tensões no início de 2010

Paulo Machado Guimarães

Advogado e Assessor Jurídico do Cimi

O ano de 2010 começou indicando que os povos indígenas continuarão vivenciando muitas preocupações e desafios.

No âmbito do Poder Executivo, as legítimas dúvidas em relação à nova estrutura estatutária da Funai atraíram para Brasília mobilizações indígenas, em razão da localização e funcionamento das novas Coordenações Regionais, dos Comitês Regionais e das Coordenações Técnicas Locais. A falta de consulta prévia aos povos indígenas sobre esta nova estruturação e a ausência de subsídios didáticos para que os povos indígenas fossem esclarecidos contribuíram para estas tensões iniciais, que agora poderão ser superadas em entendimentos locais, negociados pelo presidente da Funai com as delegações dos povos indígenas descontentes e preocupados.

Já no Poder Judiciário, decisões liminares concedidas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) reacenderam as preocupações quanto à adoção do “marco temporal de ocupação”, como fundamento destas decisões liminares em impugnações, por intermédio de mandados de segurança e ações cautelares: contra decretos de homologação de demarcação de terras indígenas, como no caso da TI Anaro, em Roraima (um mandado de segurança) e TI Arroio Korá, no Mato Grosso do Sul (três mandados de segurança); pelo Estado de Roraima, em relação à ocupação indígena da TI Serra da Moça (uma ação cautelar); e contra procedimento administrativo de demarcação da TI Cachoeirinha, do povo Terena, no Mato Grosso do Sul (uma ação cautelar).

Invocando o entendimento adotado no julgamento da ação popular contra a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o presidente do STF, Gilmar Mendes, sensibilizou-se com as alegações de que os índios Wapichana, Kaiowá/Guarani, Macuxi e Terena, respectivamente, não estariam nas posses das terras em 5 de outubro de 1988, que a administração pública federal e suas comunidades entendem serem por elas tradicionalmente ocupadas. Com isso, suspendeu os efeitos de duas das nove homologações de demarcações decretadas pelo presidente da República em dezembro de 2009 e deferiu cautelares em relação aos casos envolvendo as comunidades indígenas Serra da Moça e Cachoeirinha, adotan-



Foto: Maira Heinen



Foto: Egon Heck

do como fundamento o referido “marco temporal de ocupação”.

Nestes casos, como se dá no mandado de segurança impetrado em julho de 2005, contra a homologação da demarcação da TI Nande Ru Marangatu, tradicionalmente ocupada por comunidade do Povo Kaiowá/Guarani, cujo relator é o atual vice-presidente e futuro presidente do STF, Min. Cezar Peluso, espera-se que o STF considere que as medidas judiciais utilizadas não se prestam para a solução de questões como as postas nestas impugnações, como tem sido a orientação predominante de sua jurisprudência. Por esta razão, nos casos citados, as comunidades indígenas tiveram suas posses cercadas por ações ilícitas de invasores, aspectos que exigem confronto adequado e profundo de provas, insuscetíveis nos limites do mandado de segurança.

Além disso, como também foi bem consignado na Ementa do Acórdão da Petição nº 3388, referente ao caso Raposa Serra do Sol: “A tradicionalidade da posse nativa, no entanto, não se perde

onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por efeito de renitente esbulho por parte de não-índios”.

A relevância do acompanhamento destas discussões judiciais reside na tentativa da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) em obter a adoção, pelo STF, do “marco temporal de ocupação”, como sendo a data do início da vigência da Constituição atual, em 5 de outubro de 1988, como súmula vinculante (PSV 49).

Também no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a delimitação da TI Porquinhos, no MA, foi liminarmente suspensa por seu presidente, sensibilizado com alegações dos Municípios de Grajaú, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra e Barra do Corda, quanto “à possível ocorrência de erros formais no Relatório Circunstanciado de Delimitação e Identificação”, no qual a Portaria do ministro da Justiça, de outubro de 2009 se fundamenta. A União e a Funai, sem prejuízo da participação da comunidade indígena do Povo Canela/Apãnjekra,

têm o desafio no sentido de demonstrar a regularidade da identificação feita.

A tentativa da Funai em suspender a liminar concedida pelo TRF da 3ª Região para que as identificações de terras indígenas em áreas ocupadas por particulares no Estado do Mato Grosso do Sul sejam precedidas de notificação a estes ocupantes, não foi acolhida pelo presidente do STJ. O tribunal teve como entendimento que não fora demonstrada lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Com isso, os Grupos Técnicos da Funai constituídos para as identificações dos limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá/Guarani, no MS, que necessitem ingressar em imóveis ocupados por não-índios deverão notificá-los previamente, até que a decisão do TRF da 3ª Região (SP e MS) seja revista.

O Congresso Nacional tende a concentrar suas atividades neste semestre entre março e maio. A partir de junho, mês no qual são realizadas as convenções partidárias, que antecedem o registro das candidaturas e a campanha eleitoral, as atenções parlamentares e partidárias são inevitavelmente voltadas para o processo eleitoral. No entanto, importa manter a atenção sobre as proposições legislativas de interesse dos povos indígenas, como o Estatuto dos Povos Indígenas, que, a depender de eventuais pressões políticas, em especial do Governo Federal, poderá ser incluído na ordem do dia a qualquer momento.

Considerando estes acontecimentos e os desdobramentos políticos neste ano de eleições, é importante que os povos indígenas e seus aliados mantenham-se atentos e mobilizados em especial neste primeiro semestre, que já indica importantes desafios e tensões em curso. ■

Situações de despejo e manifestações em Brasília: as lutas continuam intensas em 2010

Decreto 7.056: o que muda?

Publicado no dia 28 de dezembro de 2009, o Decreto 7.056, que reestrutura a Fundação Nacional do Índio (Funai) já surgiu com uma grande polêmica: não houve consultas prévias e discussões com os povos indígenas sobre a sua edição e o documento acabou pegando muita gente de surpresa.

Maira Heinen
Editora do Porantim

Da forma como foi colocado, o Decreto feriu a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, e onde se determina que povos indígenas devem ser consultados sobre assuntos que os afetem direta e indiretamente. Muitas foram as manifestações em Brasília durante o mês de janeiro, mas o que realmente muda com o novo documento?

Entre as principais mudanças, o decreto transforma as administrações executivas regionais e os postos indígenas em coordenações regionais e coordenações técnicas locais, respectivamente. De acordo com o presidente Márcio Meira, os postos tinham um papel de vi-

gilância sobre os índios, como na época do SPI, enquanto que as coordenações técnicas locais servirão para construir planos de trabalho, juntamente com os indígenas. Ainda segundo Meira, o conceito de coordenações regionais vem das características históricas e culturais de cada região.

A não substituição de algumas administrações executivas regionais por coordenações regionais foi o principal ponto polêmico questionado pelos índios. Apesar das explicações dadas pelo presidente do órgão indigenista, ainda pairam dúvidas sobre como o órgão funcionará nas regiões. Tal discussão não aconteceu e não se sabe ainda como e quando serão implantadas as mudanças.

Outro ponto significativo é a extinção da Diretoria de Assuntos

Fotos: Maira Heinen



Fundiários, que foi convertida em uma coordenação dentro da recém criada Diretoria de Proteção Territorial. A Diretoria de Assuntos Fundiários era dividida em várias coordenações com atribuições específicas. Já com a nova divisão, a Diretoria de Proteção Territorial será dividida em cinco coordenações gerais e uma frente de proteção ambiental.

Segundo o presidente da Funai, o Decreto é apenas uma parte da reestruturação do órgão, que prevê também a recomposição dos quadros de funcionários da Funai por meio de concursos públicos. O edital para o primeiro desses concursos foi lançado ainda em janeiro de 2010 e prevê a contratação de 458 novos funcionários. Destes, 77 para o cargo de auxiliar em indigenismo, 163 para o cargo de agente

em indigenismo e 218 para o cargo de indigenista especializado, com escolaridade mínima, respectivamente, de ensino fundamental, médio e superior. Era esperado que, para os cargos com exigência de ensino superior, houvesse um direcionamento da área de formação dos novos funcionários de acordo com as maiores demandas do órgão, por exemplo, na área de antropologia, já que a falta de antropólogos para analisarem contestações é, sabidamente, um dos gargalos que causam atrasos nos procedimentos administrativos de regularização das terras indígenas. Isso, no entanto, não ocorreu.

O Conselho Indigenista Missionário emitiu nota no início do ano, fazendo uma análise do decreto em si e a forma como foi imposto. Abaixo, segue a nota na íntegra:

NOTA DO CIMI NOVA ESTRUTURA DA FUNAI: ALGUMAS

Os povos indígenas esperavam, desde 2003, que o Governo Lula promovesse uma discussão aberta e séria sobre as possibilidades de implementar uma nova política indigenista, bem como, sobre o órgão oficial que deveria conduzi-la. Esperavam por um amplo debate no qual suas experiências e propostas fossem consideradas na busca de soluções para os problemas e erros que historicamente vêm marcando a atuação da Funai. Infelizmente o Governo Lula preferiu editar o Decreto 7.056 sem nenhum tipo de debate com os indígenas. Assinado pelo presidente da República no dia 28 de dezembro de 2009, o decreto “aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e dá outras providências”.

O Cimi, diante disso, considera pertinente indagar: por que o governo federal modificou a estrutura estatutária da Funai, sem uma prévia discussão com os povos Indígenas, suas organizações e nem mesmo com a Comissão Nacional de Política Indígenista (CNPI), criada para ser uma instância articuladora e um espaço de diálogo entre o governo e os povos indígenas?

Vale ressaltar que entre as principais atribuições da Funai está a de realizar os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas, protegendo-as e fazendo respeitar todos os seus bens. Por essa razão, a participação indígena nesse processo de reestruturação não seria apenas desejável, mas fundamental para que o órgão indigenista pudesse efetivamente cumprir seu papel. Ao não consultar, nem mesmo informar antecipadamente os povos indígenas sobre assunto que lhes diz respeito, o governo desconsiderou a legislação internacional e, principalmente, desrespeitou as populações indígenas do país.

Considerando a importância de um processo de reestruturação deste órgão governamental, faz-se necessário analisar com cautela as normas estabelecidas pelo Decreto nº. 7.056.

De acordo com o texto do decreto, uma das principais alterações na estrutura da Funai diz respeito à sua gestão, anteriormente centrada na figura do presidente e seus auxiliares diretos. A partir de agora, as responsabilidades serão compartilhadas com uma Diretoria Colegiada, constituída por diretores indicados pelo ministro da Justiça e nomeados pelo pre-

sidente da República. Essa diretoria terá atribuições relevantes e poderá decidir sobre ações a serem desenvolvidas pelo órgão indigenista (conforme se estabelece no Artigo 11 do Anexo I, Capítulo V do Decreto 7.056/2009).

As Administrações Executivas Regionais (AERs) foram extintas (Artigo 5º do Decreto 7.056/2009) e em seu lugar serão criadas as Coordenações Regionais (36 no total - Anexo II do Estatuto). No entanto, haverá alterações quanto ao funcionamento, na medida em que nas Coordenações Regionais serão instituídos Comitês Regionais, compostos pelos Coordenadores Regionais, os assistentes técnicos, os chefes de divisão e de serviços e os representantes indígenas locais.

Lamentável e curiosamente estes Comitês Regionais, que consistiriam em órgãos colegiados nas Coordenações Regionais, não tiveram suas atribuições definidas no novo Estatuto da Funai. Lamentavelmente também estes Comitês Regionais somente contarão com a colaboração de outros órgãos e entidades da administração pública federal, de técnicos, especialistas e principalmente de representantes de entidades não-governamentais e membros da sociedade

civil que atuem com regularidade junto aos povos objeto da atenção de cada Coordenação Regional, quando forem convidados pelo Comitê Regional, por intermédio do seu Presidente. O Estatuto da Funai, neste particular, afasta-se da experiência inaugurada, mesmo que de forma limitada, pela Comissão Nacional de Política Indigenista.

Junto às Coordenações Regionais serão instituídas ainda as Coordenações Técnicas Locais, anteriormente inexistentes e que carecem ainda de definição quanto as suas atribuições.

Também chama atenção a extinção dos Postos Indígenas (Parágrafo Único do Art. 5º). Estes se localizavam nas aldeias ou em terras indígenas e tinham a função de articular as ações locais de prestação de serviços, fiscalização e proteção das áreas. No caso, espera-se que as Coordenações Técnicas Locais substituam, em nível mais avançado, a experiência dos Postos Indígenas, em grande parte limitados materialmente e funcionalmente.

As diretorias e setores da Funai existentes na sede de Brasília também foram modificados. A “Diretoria de Assuntos Fundiários” foi transformada em “Diretoria de Proteção Territorial”. Esta, por



Manifestações em Brasília

O mês de janeiro foi marcado por protestos em Brasília. Cerca de 500 indígenas de diferentes povos de todo o país vieram questionar a edição do Decreto 7.056, publicado no dia 28 de dezembro de 2009 e estabelece a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os indígenas começaram a chegar no dia 11 de janeiro, quando fecharam a sede da Funai e a principal reclamação era a falta de consulta aos indígenas ao se publicar tal documento. Segundo eles, o ato feriu a Convenção 169 da OIT, que determina a consulta prévia aos indígenas em relação aos

assuntos que os afetam direta e indiretamente. Entre os povos presentes estavam Xavante, Potiguara, Truká, Kayapó, Kaingang, entre outros.

Durante as manifestações que duraram todo o mês de janeiro, alguns indígenas chegaram a pedir a saída do presidente da Funai, Márcio Meira, e de toda a sua equipe. Líderes da manifestação como Caboquinho Potiguara e Capitão Potiguara afirmavam que uma mudança na Funai era importante, mas não da forma como foi realizada. “É preciso escutar as nossas necessidades e com este decreto estamos sendo prejudicados”.

Durante a semana de manifestações, os indígenas tentaram falar com o ministro da Justiça, Tarso Genro, mas não conseguiram. Tiveram reuniões com assessores da Presidência da Re-

pública e também com Márcio Meira e após a conversa com o presidente da Funai, a grande maioria dos manifestantes voltaram para suas comunidades, aguardando as discussões locais sobre como serão formadas as coordenações técnicas locais. Também ficou em aberto a questão de onde ficarão estabelecidas estas coordenações. “Não é a Funai que vai dizer, mas todos em conjunto. Os indígenas devem dizer onde querem estas coordenações”, afirmou Márcio Meira, quando em reunião com uma comissão de caciques Pataxó do Sul da Bahia e Tupinambá.

Várias manifestações também foram realizadas nas regiões.

Acampamento em frente ao MJ

Os indígenas que ocupavam o órgão indigenista receberam a notícia no dia 14 de janeiro que a Funai havia entrado com pedido de reintegração de posse. A liminar chegava a autorizar o uso de força policial, caso os indígenas se recusassem a sair. Depois de receberem a ordem judicial, os indígenas que permaneceram na cidade resolveram montar acampamento na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Ministério da Justiça.

Cerca de 150 indígenas permaneceram em Brasília afim de conversar com o ministro Tarso Genro Justiça e com o presidente Lula.

A maioria dos indígenas presentes que continuaram na cidade eram da região sul. De acordo com Romancil

Cretã, uma das lideranças do Paraná, os indígenas perderam toda confiança que tinham em Márcio Meira, presidente da Funai. “O Márcio esteve na nossa região ano passado, conversou com todo o cacicado e chegou a comentar que se houvesse algum tipo de reestruturação na Funai, o Paraná não seria atingido. Mas não foi isso que aconteceu, pois se antes nós tínhamos três superintendências do órgão, agora nós não temos nenhuma”, desabafou.

O líder também não entende porque a reestruturação da Funai os prejudicou tanto. Segundo ele, o Paraná possui a segunda maior população da região sul do Brasil e a maior divisão territorial indígena. “Admitimos que é necessária sim uma mudança no órgão, mas não dessa forma como nos foi imposta. No Paraná a Funai precisava era de um melhor orçamento e que fosse mais presente nas terras indígenas. Mas não deveria ser fechada”, disse. ■



Indígenas fazem vários protestos em Brasília e nas regiões mais afetadas pelo Decreto 7.056. Abaixo, presidente da Funai conversa com indígenas para explicar mudanças

QUESTÕES PARA REFLETIR SOBRE AS MUDANÇAS

sua vez, foi subdividida em cinco coordenações gerais e será a responsável pelas ações no que se refere à implementação dos trabalhos de identificação, delimitação e demarcação das terras. Além disso, a diretoria deverá fiscalizar e proteger estas terras, incluindo aquelas habitadas por povos indígenas isolados.

Outra novidade na estrutura estatutária da Funai diz respeito à criação da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, destinada a promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades indígenas, bem como, estabelecer parcerias com entidades afins para introduzir o que foi denominado de etnodesenvolvimento econômico nas terras indígenas. A ela compete ainda acompanhar as políticas de saúde e educação.

O Museu do Índio ganha atribuições de acompanhar as demandas relacionadas às culturas, à pesquisa, aos direitos autorais. Também deverá coordenar e controlar contratos de licitações, no que diz respeito aos aspectos étnicos, históricos, científicos, tradicionais dos povos indígenas.

Na avaliação do Cimi, as alterações estabelecidas pelo Decreto 7.056/2009 terão implicações práticas e políticas, o que

nos leva a indagar sobre a aplicabilidade de algumas dessas mudanças. É possível imaginar que uma nova estrutura organizacional, criada sobre uma estrutura arcaica como a do atual órgão indigenista, possa funcionar no âmbito de uma temática complexa, ampla e diferente como é a indígena?

A partir de agora toda a sistemática de funcionamento do órgão indigenista será modificada, conseqüentemente as inúmeras demandas por demarcação, proteção e fiscalização das terras sofrerão prejuízos ou adiamentos por longos períodos de tempo. Além disso, as lacunas que a reestruturação da Funai vier a deixar nos próximos anos serão ocupadas pelos setores que fazem oposição aos direitos territoriais indígenas, dentre eles os empreendimentos de infra-estrutura planejados através do PAC.

Na interpretação do Cimi, o decreto pode estar inserido na lógica de que a Funai deve ser a facilitadora dos empreendimentos econômicos e não empecilho ao desenvolvimento. Talvez a “nova” Funai se empenhe ainda mais em agilizar as autorizações das obras que afetam terras indígenas e dar vazão às demandas que travam as obras do PAC, como já fez o

presidente da Funai, no que se refere a autorização para a execução das obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Antes da edição do decreto, o Governo Federal vinha insistindo na tese de que 90% das terras indígenas já haviam sido demarcadas e que para tanto deveria se investir em outras ações. Na avaliação do Cimi o decreto projeta a Funai para ações voltadas à gestão territorial e ao planejamento de atividades para o empreendedorismo indígena, o meio ambiente, o aproveitamento dos potenciais naturais e culturais. Isso explica a nova ênfase em temas como sustentabilidade e etnodesenvolvimento econômico. No entanto, vale ressaltar que, do total de 988 terras, apenas 366 estão com seus procedimentos concluídos, ou seja, apenas 37% do total das demarcações reivindicadas pelos povos indígenas.

O Cimi entende também que as mudanças decretadas na estrutura da Funai se vinculam às condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), apresentadas por ocasião do julgamento do processo contra a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Tais condicionantes restringem o alcance dos direitos constitucionais às demarcações das terras, principalmente daquelas con-

sideradas “novas demarcações”, as que precisam de revisão para ampliação de seus limites e ao usufruto indígena dos recursos nelas existentes.

O ano de 2010, ao que tudo indica, será mais um daqueles que exigirá intensas mobilizações dos povos indígenas e suas organizações. Será necessário acompanhar de perto as ações da Funai, de modo especial nas regiões onde estão em curso os trabalhos de Grupos Técnicos, para que não venham a ser paralisados os estudos de identificação das terras, a exemplo de Mato Grosso do Sul; há que se ter atenção quanto ao cumprimento das metas e promessas feitas acerca das terras a serem identificadas; há que se ter atenção com a tramitação do Estatuto dos Povos Indígenas no Congresso Nacional, para que este não seja revestido de normas que visem exclusivamente a exploração das terras e seus recursos ambientais, hídricos e minerais; e por fim, a Funai deve ser monitorada sistematicamente para que ela esteja a serviço da causa dos povos indígenas e não dos interesses políticos e econômicos que fazem oposição aos seus direitos constitucionais.

Brasília, 07 de janeiro de 2010
Conselho Indigenista Missionário

Presente de Presidente

Egon Dionísio Heck
Cim Regional MS

Maira Heinen
Editora do Porantim

Véspera de Natal. Após sete anos na presidência do país, Lula resolveu demonstrar sua “boa vontade” para resolver um problema que se arrasta há décadas: a demarcação das terras indígenas. Como presente de Natal para vários povos indígenas assinou um pacote de homologações de terras indígenas, especialmente na Amazônia. Dentre elas está uma única e pequena terra indígena Kaiowá Guarani do Mato Grosso do Sul, que é Cerro Korá, no município de Paranhos, fronteira com o Paraguai. Era 21 de dezembro. Os indígenas ficaram felizes. Seria o melhor “presente” do presidente Lula nesse final de ano.

Já no outro lado da praça dos três poderes outro presidente era acionado. Em pleno recesso do Supremo Tribunal Federal, seu presidente, Gilmar Mendes, não titubeou. Queria retribuir o presente, porém dando-o aos fazendeiros do Mato Grosso do Sul. Na véspera do Natal, exatamente dia 24 de dezembro, o presidente do STF revogou liminarmente a homologação de Cerro Korá.

Em sua argumentação Gilmar Mendes reproduz as falácias da ação dos



fazendeiros, dentre as quais a de que o presidente da República não teria autoridade para tal ato, pois seria de competência do Congresso Nacional. É bem verdade que assim o desejam muitos dos inimigos dos povos indígenas. Porém a Constituição é bem clara ao atribuir tal função ao Poder Executivo.

Os Kaiowá Guarani ficam pasmos com o que se passa nas varandas dos poderes, resta-lhes perguntar, afinal de contas, pra que serve a Constituição? Se a rasgam e desrespeitam com tamanha facilidade, a quem recorrer? Talvez lhes reste pedir ao Papai Noel no próximo século.

Roraima - No dia 19 de janeiro, o ministro Gilmar Mendes também suspendeu outra parte de uma terra ho-

mologada pelo presidente Lula no final de 2009. Trata-se de 1500 hectares da terra indígena Anaro onde fica a fazenda Topografia. Os argumentos se repetem, afirmando que o presidente não tem competência para homologar e sim o Congresso Nacional.

Homologações de Lula

Apesar das homologações realizadas no final do ano passado, os indígenas não têm muito o que comemorar em todos os anos do atual governo. Foram nove terras homologadas em dezembro, mas sabe-se que existem 63 terras já declaradas e não homologadas. Destas, 52 foram declaradas no próprio governo Lula e 11 em governos passados. Fora esses processos de homologação, ainda

existem as terras que estão em estudo, terras em processos declaratórios, terras em estudos antropológicos, etc. Então, o que atrapalha o andamento dos trabalhos e a publicação de tais homologações?

Quadro das terras declaradas

SC - 9	PR - 2
AM - 16	MT - 7
RS - 5	ES - 2
MS - 5	PB - 1
RR - 1	MA - 2
AL - 1	SP - 1
CE - 1	GO - 1
PA - 5	BA - 1
AC - 3	

Indígenas ainda sofrem muito com a falta de demarcações e homologações de suas terras

ONU: Em todo o mundo, indígenas sofrem marginalização

Alarmante. Com essa palavra a ONU resume a situação dos povos indígenas mundo afora, no primeiro relatório sobre a situação dos povos indígenas no mundo. Mundialmente, os povos indígenas sofrem desvantagens em áreas como pobreza, saúde, educação, desemprego, direitos humanos, e inclusive o meio-ambiente.

No dia 15 de janeiro, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, pela primeira vez, um relatório abrangente sobre a situação dos povos indígenas no mundo. E as conclusões não são nada animadoras, como a introdução já deixa claro: “Os povos indígenas continuam a sofrer discriminação, marginalização, pobreza extrema e conflitos. Alguns estão sendo despejados de suas terras tradicionais enquanto seus meios de subsistência estão sendo arruinados. Enquanto isso, os seus sistemas de crença, culturas, línguas e modos de vida continuam a ser ameaçados até de extinção”.

Guardiões

Ao mesmo tempo, o relatório ressalta, os povos representam um grande valor para o mundo. “Os povos indígenas são guardiões de alguns dos territórios de maior diversidade biológica do mundo. Eles também são responsáveis por uma grande parte da diversidade lingüística e cultural no mundo, e seu conhecimento tradicional tem sido e continua a ser um recurso valioso que beneficia toda a humanidade”.

Perseguição

Acerca do Brasil o relatório reconhece que em teoria os direitos indígenas são bem reconhecidos pela Constituição e demais leis. Mas ressalta que, na prática, estes direitos não são respeitados, nem defendidos pelas autoridades. Muitas vezes, a ONU sinaliza, interesses econômicos prevalecem sobre os direitos indígenas, sobretudo na questão da terra.

No mundo inteiro, povos indígenas enfrentam a mesma resistência, pressão e violência como os povos originários brasileiros por causa da terra: “Exemplos de violência e brutalidade foram ouvidos em todos os cantos do mundo indíge-

na, na maioria das vezes perpetrados contra as pessoas indígenas que estão defendendo seus direitos e suas terras, territórios e comunidades”. Lembra ainda que em função disto “em muitos países, pessoas indígenas são perseguidas (...) e são vítimas de execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias, torturas, expulsões forçadas e muitas formas de discriminação”.

Neste contexto, o relatório revela que, já por décadas “Os conflitos entre indígenas e garimpeiros, pecuaristas e outros não-indígenas têm se alastrado violentamente por todo o Brasil. (...) Embora a legislação para demarcar terras foi aprovada, a realidade no terreno é radicalmente diferente das leis do Estado-nação. Por exemplo, o Relator Especial recebeu Apelações Urgentes dos Guarani-Kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, relativo a ordens de despejo recebidas, apesar do fato de que suas terras foram demarcadas como terras indígenas em 2004”.

Suicídio

No capítulo sobre suicídio é destacada a situação do povo Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul. De fato, os

índices de suicídio são altos entre quase todos os povos indígenas. Mas o número altíssimo entre os Guarani-Kaiowá chama particularmente atenção. O relatório aponta como fatores diretos graves rupturas do modo de vida tradicional “incluindo rápidas mudanças socioculturais, perturbações na vida social tradicional, progressivo desmantelamento da estrutura familiar extensa, e remoção forçada”.

Isolados

O relatório dedica muita atenção à falta de educação adequada, também no Brasil, como problema fundamental.

Também é enfático sobre os impactos devastadores para os povos indígenas dos grandes empreendimentos, em geral no mundo, e especificamente na região amazônica. Apontando, entre outros, a construção de hidrelétricas e o desenvolvimento da infraestrutura, visando a integração de áreas remotas. Destaca, neste contexto os “trágicas e irreversíveis consequências para os povos indígenas, inclusive povos vivendo em isolamento ou de contato recente”. ■

Uma versão Portuguesa do relatório está disponível na seção publicações do site do CIMI.

Violências da Transposição denunciadas na Europa

“O seu desenvolvimento é o nosso massacre!”

Paul Wolters
Repórter

Uma delegação dos povos indígenas do Nordeste viajou pela Europa para denunciar as violências e as violações de seus direitos provocadas pelo projeto da transposição do rio São Francisco. “Água é um bem comum da humanidade, não é mercadoria.”

A mensagem levada à Europa pela delegação foi clara: a transposição do rio São Francisco tem impactos devastadores sobre 33 povos indígenas do Nordeste e sobre inúmeras comunidades quilombolas, tradicionais e ribeirinhas e sobre o meio-ambiente. Além disso, o governo está ignorando e violando direitos humanos e indígenas consagrados na própria Constituição brasileira e tratados internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU).

A delegação passou por Itália, Suíça, Bélgica e Alemanha. Foi recebida, em atos públicos e reuniões fechadas, por entidades da sociedade civil, prefeitos, parlamentares nacionais, representantes da ONU, da OIT e parlamentares da União Européia. Viajaram Uilton dos Santos, cacique do povo Tuxá e coordenador da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Edilene Bezerra Paieú, “Pretinha”, do povo Truká e Saulo Feitosa, Secretário-Adjunto do Cimi, entidade que articulou a viagem.

A todo custo

A temática recebeu muita atenção por vários motivos. Também na Europa há grande preocupação com o ecossistema e as mudanças climáticas. Há grande consciência de que uma obra como a transposição é desastrosa para o meio ambiente e que, conseqüentemente, influencia o clima. Além disso, se reconhece cada vez mais que são justamente os povos indígenas que sofrem as consequências mais graves destas mudanças e do modelo econômico atual, como os membros da delegação não cansaram de repetir às diferentes platéias na Europa: “A transposição acaba com os nossos povos e nosso estilo de vida”. Edilene foi enfática sobre o projeto que o governo apresenta como um grande passo de desenvolvimento: “O seu desenvolvimento é o nosso massacre!”.



Uilton Tuxá deixou claro que a oposição ao projeto da Transposição não é uma mera oposição dos povos indígenas ao desenvolvimento em si, mas à forma de alcançá-lo. “Desenvolvimento sim, mas não a todo custo. A economia passa por cima da vida, por cima dos direitos humanos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais”, ressaltou nas reuniões.

Água privatizada

Além da preocupação com o meio ambiente e o clima, a questão da privatização das águas é um tema muito atual e controverso na Europa. Na prática, a transposição vai resultar na privatização da água desviada, como Uilton salientou: “A transposição transformará o rio São Francisco no maior mercado hidrográfico do mundo, o que se contrapõe totalmente à concepção indígena: para os índios, a água é um bem comum da humanidade, não é mercadoria”.

Ele também afirmou que, segundo dados do próprio governo, a água da transposição beneficiará, sobretudo, o agronegócio, as empresas metalúrgicas e outras indústrias, sem beneficiar os povos carentes da região, que não terão acesso à água dos canais. Ao mesmo tempo, o próprio governo já elaborara uma alternativa para a gestão hídrica do Nordeste. “O famoso Atlas. Com a metade dos custos, pode beneficiar um número muito maior de pessoas e resolver o problema da distribuição de água no Nordeste, com impacto ambiental menor e democratização do acesso à água para os pobres da região”, diz Uilton.

Fotos: Cimi Nordeste



Violações conhecidas

Na Itália, os encontros reuniram muitas pessoas, várias matérias foram publicadas nos jornais e, inclusive, uma reportagem no canal de televisão nacional RAI 24 Horas. Em Genebra, Suíça, a delegação nordestina foi recebida por assessores de vários relatores do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, como o relator para os Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Participaram também os promotores da Convenção 169 do Departamento de Direitos Humanos da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De fato, os representantes destas entidades internacionais já conhecem as violações dos direitos humanos decorrentes da transposição, que já foram denunciadas à OIT em 2008. A delegação reforçou e atualizou essas denúncias. A comissão de especialistas da OIT acompanha o caso e, em março de 2009, pediu esclarecimentos ao governo brasileiro. Essa cobrança é possível porque o Brasil assinou a Convenção 169 da OIT, comprometendo-se a respeitar os direitos humanos assegurados por esse tratado internacional. Porém, o governo Lula não deu resposta a esse pedido. Os representantes da OIT comentaram que as atuais informações apresentadas pela delegação são muito importantes.

Em Bruxelas, Bélgica, delegados do Parlamento da União Européia receberam a delegação. Eram representantes de quatro frentes políticas do parlamento, e todos membros da Delegação Mercosul do Parlamento Europeu. Mostraram-se bastante preocupados com os efeitos da transposição e o tratamento dos

povos indígenas, prometendo abordar o tema dentro do parlamento e em encontros com representantes do governo brasileiro.

A última escala da viagem levou a delegação a Berlim, onde os membros se encontraram com várias entidades da sociedade civil.

Campanha Opará

A viagem faz parte da campanha Opará – Povos Indígenas em defesa do Rio São Francisco, que visa impedir o projeto da transposição e salvar o rio, chamado carinhosamente como “Velho Chico”, e chamar a atenção do Supremo Tribunal Federal, para que julgue as ações pendentes referentes à transposição. Estas ações denunciam as inúmeras irregularidades do projeto e questionam, inclusive, se a obra está de acordo com a Constituição Federal. Até julgar estas ações, o STF deveria mandar parar as obras imediatamente.

Sobre a Transposição

A obra captará água do rio São Francisco e a transportará ao norte, por dois canais, de mais de 600 quilômetros. O investimento é de 6,6 bilhões de reais. Além de não resolver o problema do acesso à água na região, o projeto traz grandes impactos sobre os 33 povos indígenas locais. São mudanças muito agressivas, como territórios cortados pelos enormes canais, remoção forçada e a destruição de lugares sagrados para os povos tradicionais.

Na viagem foi divulgado o relatório de denúncia “Povos Indígenas do Nordeste Impactados com a Transposição do Rio São Francisco”. ■

Povos do Nordeste em manifestação contra as obras de transposição em andamento

Delegação em visita à Europa busca apoio internacional para a luta contra a transposição

BELO MONTE Não houve diálogo

Ibama libera licença prévia para leilão de Belo Monte, no Pará. O presidente do Cimi, Dom Erwin Kräutler, reafirma sua posição e ressalta não esmorecer. “Vou continuar lutando contra esta obra!”

Maira Heinen
Editora do Porantim

Dom Erwin em conversa com o presidente do Ibama: “diálogo” depois de fatos consumados

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, esteve na primeira semana de fevereiro em Brasília e reafirmou seu posicionamento sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará: “Sou contra!”. A voz firme do bispo não enfraqueceu após a notícia de que a licença prévia que autoriza a realização do leilão da Usina havia sido publicada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama), no dia 1º de fevereiro.

No dia 3 de fevereiro, pela manhã, diante dos jornalistas após se reunir com o presidente do Ibama, Roberto Messias, Dom Erwin foi enfático. “Não fomos nós que pedimos este encontro agora. Foi o próprio presidente do Ibama que solicitou esta reunião, antes mesmo de sair a licença. E nós estamos aqui, sempre abertos ao diálogo. Agora, eles é que não estão abertos ao diálogo franco”, ressaltou. Também participaram da reunião o secretário executivo do Cimi, Eden Magalhães, o assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães e o diretor de licenciamento do Ibama, Pedro Bignelli.

Durante a reunião, Messias perguntou se agora, com as 40 condicionantes colocadas no licenciamento e uma contrapartida de 1,5 bi, Erwin não estaria contemplado. “Fiquei indignado!”, declarou o bispo. “Eu não acredito nessas empresas que



Foto: Maira Heinen

vão assumir a obra, porque depois que estiver tudo acertado e elas forem donas do empreendimento, podem fazer o que bem entenderem”.

De acordo com Dom Erwin, ao ser questionado sobre as audiências públicas e a falta de respeito com a população do Xingu, Roberto Messias sempre mudava de assunto. “Eu tentei por duas vezes questioná-lo sobre as audiências, pois nós sempre defendemos que fossem feitas 27 e, no entanto, só quatro foram realizadas e ainda assim de forma autoritária, impedindo inclusive a participação do Ministério Público Federal. Mas em nenhuma vez ele respondeu ao meu questionamento”, lembrou.

Lacunas

Dom Erwin saiu da reunião insatisfeito e lamentou que a audiência tenha acontecido diante de um fato já consumado.

“Dialogar o quê agora? Muitos pontos que ficaram em aberto ainda não têm resposta!”, ressaltou. De acordo com Dom Erwin, a questão dos ribeirinhos, que não têm para onde ir, não foi solucionada; não apontam soluções para as áreas adjacentes que serão deterioradas; não escutaram o painel de especialistas nas audiências; não sabem informar sobre a situação da água a ser represada; não informam explicitamente que bairros inteiros serão inundados e que um terço da cidade de Altamira vai pro fundo das águas; não sabem mensurar o fluxo migratório que deve aumentar consideravelmente na região; entre outros pontos. Eden Magalhães também foi enfático. “Este é um projeto que vem desde a época da ditadura e é um absurdo encaminhá-lo. Fazem esta conversa agradável com a gente, mas sabemos que por trás existem grandes interesses econômicos”, declarou.

Apoio do Ministério Público Federal

Dom Erwin também se encontrou com a Dra. Débora Duprat, subprocuradora geral da República e toda equipe de procuradores da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Várias questões foram discutidas sobre o empreendimento, inclusive a nota que a Advocacia-Geral da União divulgou, afirmando que irá processar os membros do Ministério Público que tentarem inviabilizar a construção da usina. Já no final da tarde, a Procuradoria Geral da República e a Procuradoria da República no Pará emitiram nota onde afirmam que “tais críticas, em tom ácido, parecem desprezar que um Estado democrático não se constrói com base na coerção, direta ou velada, provenha ela de onde vier”.

Sobre o licenciamento, os procuradores se comprometeram a criar um grupo de trabalho para estudar o licenciamento e também o parecer técnico e, em breve, terão uma posição quanto à possibilidade de ingressar com ações judiciais pedindo a suspensão da licença prévia concedida pelo Ibama. O grupo será formado por procuradores de Altamira e da Procuradoria Geral da República, em Brasília.

Na avaliação do Cimi, o empreendimento Belo Monte é autoritário e repleto de vícios que comprometem a sua legitimidade. Além disso, vem sendo empurrado – ao contrário do que o presidente Lula afirmou – “goela abaixo” da população que vive na região do Xingu.

Fotos: Cimi Regional Norte II



Tesouros arqueológicos da região do Xingu correm o risco de desaparecer com a construção da usina





CNBB manifesta apoio a Dom Erwin Kräutler e às entidades que lutam contra a construção de Belo Monte

Cleyenne Cerqueira
Repórter

Durante coletiva de imprensa realizada no dia 25 de fevereiro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou apoio aos bispos do Regional Norte II (Estados do Pará e Amapá), em especial ao bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Cimi, Dom Erwin Kräutler, e suas lutas contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). A coletiva reforçou apoio emitido em nota divulgada na manhã do mesmo dia. "Manifestamos ainda nossa solidariedade ao povo que está lutando pelo respeito à sua vida e aos seus direitos e às pessoas que, a exemplo de D. Erwin Kräutler, não se cansam de arriscar sua vida ao lado dos pobres que clamam: "Deus do universo, volta-te, olha do céu e vê, visita esta vinha, protege a cepa que tua mão direita plantou" (SI 80,15-16)".

A CNBB acompanha os passos dados até o momento para a realização da obra e se mostra preocupada ao saber da licença prévia para a construção da usina, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no início do mês.

Falaram em nome da Conferência, o arcebispo geral de Mariana e presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha, e o secretário geral Dom Dimas Lara Barbosa. Para ambos, o projeto da usina de Belo

Monte é preocupante, pois não leva em consideração as queixas das populações que serão atingidas diretamente pela barragem. "Belo Monte é emblemática visto que o processo não levou em conta os povos indígenas, os ribeirinhos e os que residem em bairros de Altamira, que serão certamente os primeiros prejudicados".

A CNBB aponta ainda como grave o fato de que pareceres de técnicos e do próprio Ministério Público Federal não foram levados em consideração. A previsão é de que com a construção da usina 1522km² sejam destruídos, sendo 516km² de área inundada e 1006km² de área que secará com o desvio definitivo da Volta Grande do Xingu. Milhares de famílias da cidade de Altamira e das áreas ribeirinhas e indígenas serão desalojadas.

O apoio da Conferência tem por objetivo chamar atenção da opinião pública e sensibilizar a população para que debatam a questão. "Almejamos em nosso país um desenvolvimento que tenha por base o respeito à vida, a participação efetiva das pessoas na discussão e decisão dos projetos e a garantia de que serão realmente beneficiadas, sem graves impactos prejudiciais à vida do povo e ao meio ambiente. Não é possível apoiar processos que ameaçam a vida de comunidades tradicionais e de outros habitantes da região e agridem, desrespeitam e destroem o meio ambiente", declarou a CNBB.

Nota da CNBB

Hidrelétrica de Belo Monte - "A criação está gemendo como em dores de parto" (Rm 8,22)

Reunidos, em Brasília, entre os dias 23 a 25 de fevereiro de 2010, nós, Bispos do Conselho Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sintonia com os Bispos do Regional Norte 2 da CNBB e acompanhando os passos que estão sendo dados para a concretização da projetada Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região do Rio Xingu, Estado do Pará, manifestamos nossa grande preocupação ao saber que a licença prévia já foi concedida pelo IBAMA, permitindo o leilão para a construção e exploração da referida Usina.

Com os Bispos do Pará e Amapá, em nota emitida no dia 08 de fevereiro de 2010, salientamos que "dados de pesquisadores e estudiosos da Amazônia comprovam que são previstos 1522km² de destruição, sendo 516km² de área inundada e 1006km² de área que secará com o desvio definitivo da Volta Grande do Xingu". Soma-se a isso o desalojamento de milhares de famílias da cidade de Altamira e das áreas ribeirinhas e indígenas.

Não é a primeira vez que, no Brasil, projetos desse tipo trazem graves conseqüências tanto para as pessoas que residiam na região quanto para o meio ambiente, deixando até hoje uma grande dívida social para com os atingidos por barragens.

Belo Monte é, nesse momento, emblemática visto que o processo não levou em conta os povos indígenas, os ribeirinhos e os que residem em bairros de Altamira, que serão certamente os primeiros prejudicados. Não levou em conta, igualmente, as considerações técnicas feitas por cientistas, a argumentação do Ministério Público Federal e as ponderações de movimentos sociais.

Almejamos em nosso país um desenvolvimento que tenha por base o respeito à vida, a participação efetiva das pessoas na discussão e decisão dos projetos e a garantia de que serão realmente beneficiadas, sem graves impactos prejudiciais à vida do povo e ao meio ambiente.

Lamentamos que órgãos governamentais, entidades e pessoas que se dizem de acordo com esses parâmetros, os neguem na prática, como ocorre nessa etapa que prepara a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Não é possível apoiar processos que ameaçam a vida de comunidades tradicionais e de outros habitantes da região e agridem, desrespeitam e destroem o meio ambiente.

Reiteramos a afirmação da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010: "Os processos de desenvolvimento econômico deveriam implicar em uma redistribuição de benefícios, mas deveria haver também uma partilha do poder entre os diversos atores sociais; precisariam ser ouvidos e levados em conta na hora das decisões. Mas visivelmente o país não chegou a isso e não é possível assistir passivamente à privação de direitos tão importantes" (Cf. Texto base nºs 57-58).

Diante da gravidade da situação, queremos sensibilizar a sociedade e esperamos que as autoridades brasileiras tomem as devidas providências a fim de que não tenha início a execução do projeto antes de proporcionar reais oportunidades para que as populações implicadas possam debatê-lo, apresentar suas propostas e tenham suas considerações respeitadas.

Manifestamos ainda nossa solidariedade ao povo que está lutando pelo respeito à sua vida e aos seus direitos e às pessoas que, a exemplo de D. Erwin Kräutler, não se cansam de arriscar sua vida ao lado dos pobres que clamam: "Deus do universo, volta-te, olha do céu e vê, visita esta vinha, protege a cepa que tua mão direita plantou" (SI 80,15-16).

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

Dom Geraldo Lyrio Rocha

Arcebispo de Mariana e Presidente da CNBB

Dom José Alberto Moura, CS

Arcebispo de Montes Claros e Vice-Presidente da CNBB - Ad Hoc

Dom Dimas Lara Barbosa

Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário-Geral da CNBB



Protestos no Pará

Aproximadamente 200 pessoas fizeram passeata em Belém - PA, no dia 4 de fevereiro, para protestar contra a liberação da licença prévia dada pelo Ibama para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A manifestação começou no fim da tarde, na praça Santuário, onde fica a Basílica de Belém e tomou as ruas em direção ao Ibama. Contou com a presença de sindicatos, ONGs e dos indígenas Tembê de Santa Maria do Pará, que viajaram a Belém para mostrar sua solidariedade aos parentes que vivem em Altamira, reafirmando que os guerreiros não vão faltar pra vencer esta luta.

Também foram realizadas manifestações nas cidades de Altamira e Santarém.

A construção desta usina fará com que aproximadamente 30 mil famílias percam suas terras além de atrair outras 100 mil para a região que não possui infraestrutura para absorver um número tão grande de pessoas.

Esta é apenas mais uma das várias manifestações já realizadas contra o empreendimento. Em dezembro de 2009, indígenas, ribeirinhos e outros integrantes do Movimento Xingu Vivo Para Sempre estiveram em Brasília e participaram de várias audiências (no Senado, no Ministério Público Federal) para expor a situação dos atingidos pela obra. (Com informações de Luiz Cláudio Teixeira - Cimi Norte 2) ■

Índigena Tuira Kayapó, que esteve em Brasília, em dezembro de 2009 para protestar contra a construção da Usina

HIDRELÉTRICA DO JIRAU NO RIO MADEIRA – RO

Um empreendimento insustentável

Cimi Regional Rondônia e CPT Regional Rondônia

O consórcio de empresas construtoras da Barragem do Jirau no Rio Madeira, Rondônia, ESBR, tenta dar uma fachada de sustentabilidade ambiental e social a um projeto político e econômico altamente devastador para a Amazônia.

A Barragem de Jirau prevê uma grande produção de energia e hoje está ajudando a muitas famílias a obter emprego temporário, porém os problemas culturais, ambientais e sociais que estão sendo provocados, desde agora, são incontornáveis.

No dia 7 de janeiro de 2010 foi convocada uma reunião pelo Comitê de Sustentabilidade da Barragem de Jirau, prevista no Plano de Gestão Ambiental. Estiveram presentes diversas empresas do Consórcio, autoridades e associações de atingidos da região de Mutum Para-

ná, assentamento Joana D'Arc e outras; dos povos indígenas estava presente somente uma liderança Karipuna; e membros das administrações públicas, como Ibama, Inbra, Ministério Público Estadual e outros. Dos movimentos sociais estiveram presentes o Cimi/RO e a CPT/RO.

A reunião estava convocada para formar este Comitê, porém na prática se reduziu somente a repasses de informações de interesses do consórcio sobre as 33 condicionantes do Projeto Básico



Foto: Regional Rondônia



Foto: Marilene Dassolet

Ambiental (PBA). De um lado o consórcio se apresenta como um empreendimento ambiental e socialmente correto, por outro lado não foi oferecida possibilidade de intervir na pauta, nem foi dito quem faria parte da Comissão, menos

ainda discutido o regimento interno e nem agendadas as próximas reuniões. Os representantes das associações dos atingidos e dos movimentos sociais presentes sentiram que foram convidados apenas para legitimar os interesses econômicos da ESBR.

Assuntos que pudessem ser contraditórios aos seus interesses foram desviados ou então direcionados para grupos de trabalhos, a exemplo da situação dos povos indígenas. Não está prevista nenhuma compensação para os que sofrerão impacto parcialmente indireto pela construção da barragem como todos os moradores ribeirinhos, indígenas, quilombolas e seringueiros, ▶

Obras no rio Madeira, já avançadas.

Indígenas de Rondônia em protesto contra as obras da usina

CPI DO MADEIRA

*Telma Monteiro
pesquisadora e ambientalista
Amazônia.org.br*

Em cinco de dezembro de 2009, representando a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, compareci como convidada à 5ª Reunião da CPI das usinas do Madeira, na Assembléia Legislativa de Rondônia para dar informações sobre o processo de licenciamento das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. Durante duas horas e nove minutos apresentei imagens e documentos que comprovaram o total desrespeito dos consórcios, do governo federal/Casa Civil e dos ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia pelos cidadãos deste país e em especial pelos de Rondônia.

Numa seqüência de vinte e oito fotografias que mostram a evolução das obras da hidrelétrica Jirau, foi possível demonstrar que a Licença de Instalação (LI) “parcial” para o Canteiro de Obras Pioneiro, assinada em 14 de novembro de 2008 pelo presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, foi apenas uma forma de enganar a sociedade. A licença, com 20 condicionantes, autorizou apenas a instalação do Canteiro Pioneiro em 140,2 hectares na margem direita do rio Madeira, e não o início das obras da hidrelétrica.

Consórcio iniciou as obras de Jirau sem licença definitiva

A LI “parcial” para o Canteiro Pioneiro foi concedida sob pretexto de que os estragos poderiam ser revertidos, segundo Messias Franco, e para amenizar as pressões da Ministra da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, e do Ministro de Minas e Energia (MME), Edison Lobão - este estava anunciando diariamente que Jirau poderia receber a licença a qualquer momento. Os representantes do consórcio vencedor do leilão de Jirau, liderado pela GDF Suez e Construtora Camargo Corrêa, em coro com os ministros, argumentavam a necessidade de aproveitar a janela hidrológica - momento de pouca chuva - para agilizar o cronograma das obras e antecipar o início da operação da usina. A janela hidrológica foi o principal argumento usado para liberar LI “parcial”.

Para completar a licença, o Presidente do Ibama assinou a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) em 12 de dezembro de 2008, um mês depois da emissão da LI “parcial” e, fato impressionante, a ASV se referia a apenas 40,83 hectares correspondentes exclusivamente às áreas de vegetação nativa destinadas à abertura de estradas de acesso, áreas de pedreira e de estoque do Canteiro Pioneiro de Jirau, tudo na margem direita do rio Madeira.

Somente em 3 de junho de 2009, depois de expirar a validade da inventa-

da LI “parcial” do Canteiro Pioneiro (em 14 de maio de 2009), é que foi assinada a LI definitiva para a construção da hidrelétrica Jirau. As obras, no entanto, já corriam em ritmo desenfreado desde dezembro de 2008, com desmatamento muito maior do que o permitido pela licença “parcial” e pela autorização de supressão de vegetação para o Canteiro Pioneiro.

Na imagem de 4 de junho de 2009 (postada aqui), um dia depois de concedida a LI definitiva, é possível constatar a destruição da floresta e o solo exposto com a exploração da jazida de pedras numa imensa ferida aberta que começava na margem direita e alcançava as duas ilhas no meio do rio. Quem examinou a foto, estimou os estragos em cerca de 500 hectares, no mínimo, ultrapassando de longe aquilo que permitia a licença concedida em novembro de 2008.

O consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), certo do seu poder, da falta de fiscalização, da omissão das autoridades e da impunidade, tratou de antecipar o desmatamento e as obras que avançaram sem a devida licença sobre o rio Madeira, destruindo as duas ilhas - Ilha Pequena e Ilha do Padre. É possível notar em outra imagem, de maio de 2009, que as obras não se restringiam ao Canteiro Pioneiro, se é que havia um, como determinava a LI “parcial”. Já tinham ido bem além, sem LI.

No parecer técnico N° 63/2008 do Ibama, emitido no mesmo dia da concessão da LI “parcial” - 14 de novembro de 2008 - consta que os sítios das obras do Canteiro Pioneiro deveriam se concentrar na margem direita do rio Madeira “cuja área se encontram antropizadas ou sob interferência de pastagens e áreas degradadas”. Não é o que se vê nas fotos. A área desmatada e as obras excederam em muito, de forma criminosa, não só o estabelecido na LI “parcial” para o Canteiro Pioneiro - de 140,2 hectares, mas na própria Autorização de Supressão de Vegetação - de 40,83 hectares.

Quanto ao Programa de Supressão de Vegetação apresentado pelo consórcio, os técnicos do Ibama informaram no seu parecer que não houve “nenhuma análise específica da região onde será construído o canteiro, entretanto pelo apresentado no croqui e argumentado no texto a área utilizada está degradada não necessita (sic) de supressão inclusive.” Se não haveria supressão, segundo o próprio Ibama, o que foi autorizado por Messias Franco na ASV em dezembro de 2008?

Na verdade a LI “parcial” do Canteiro Pioneiro “autorizou” o início imediato das obras de Jirau, ao arripio da lei. Nesse caso, as imagens apresentadas também falam por si. ■

▶ dos Rios Mamoré, Guaporé e dos seus afluentes: Mutum, Jacy, Riberião, Lages, Pakáas Novas, Cautário, São Miguel, Rio Branco Rivoredo, Corumbiara, etc, no Brasil, na Bolívia e no Peru, nos Rios Beni, Madre Dios.

O Consórcio ESBR pretende receber recursos financeiros do mercado internacional de carbono, concorrendo ao certificado da ONU, necessário para vender créditos de carbono no mercado mundial criado pelo Protocolo de Kioto. Segundo o grupo ESBR, a Barragem de Jirau vai produzir energia “limpa e renovável” em tão grande quantidade, que evitaria a emissão de 5.089.2000 toneladas de CO2 na atmosfera, se construídas centrais térmicas de combustíveis fósseis. Porém, os informantes não responderam quanto será a emissão de gás metano que o futuro reservatório vai produzir.

A situação dos povos indígenas isolados, situados na margem esquerda do Rio Madeira, local diretamente impactado pela construção da barragem, foi levantada como questionamento. Porém foi direcionada para o grupo de trabalho, ainda não criado, comprovando assim o descaso em garantir os direitos originários dos povos indígenas. O Consórcio, ao desviar a questão dos povos indígenas em situação de isolamento e risco, continua teimando em querer ignorar sua existência construindo a Barragem do Jirau dentro do seu território tradicional, contribuindo para um novo episódio de extermínio de mais povos indígenas do Brasil. Nos perguntamos onde está a garantia de seus direitos à terra e sua sobrevivência cultural? A garantia de vida desses povos é um dever de toda a humanidade e mais ainda do Brasil, em cumprir o que garante a Constituição Federal. Apelamos à responsabilidade ética da Justiça Brasileira e da ONU para ouvir a sociedade civil organizada e paralisar a continuidade dessa obra enquanto não solucionar a identificação e demarcação das terras indígenas que são as mais afetadas pelos grandes projetos. ■



Foto: Regional Maranhão



Grupos de Awá-Guajá sem contato continuam ameaçados no Maranhão

Rosana Diniz
Regional Maranhão

A situação de risco vivida pelos grupos Awá-Guajá sem contato na terra indígena Araribóia continua. Em novembro de 2009, foi constatado que os madeireiros abriram uma estrada clandestina na parte norte da terra indígena Araribóia, rumo a Lagoa Buritizal, onde é o espaço de caça e coleta dos grupos Awá-Guajá, sem contato, que vivem há anos nesta terra.

A degradação ambiental, provocada pela abertura da estrada e pela retirada ilegal de madeira, chega a poucos quilômetros das principais lagoas, que são áreas privilegiadas de caça e coleta dos isolados. Além da água, as regiões são muito ricas em anajá, buriti, sapucaia e presença de muita caça, que faz parte da dieta alimentar dos Awá. Esses locais são imprescindíveis para a sobrevivência física e cultural dos grupos Awá na terra indígena Araribóia e por isso devem ser preservados.

Em 2007, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ibama e Funai realizaram a Operação Araribóia que tinha como objetivo combater a criminalidade, ilícitos ambientais, contravenções dentro e no entorno da Terra Indígena Araribóia, além da extrusão de pessoas estranhas nas comunidades indígenas e proteção de um grupo da etnia Awá-Guajá que não mantém contato com os não índios, sendo um dos últimos povos nômades do Brasil.

A segunda operação Atarawaca/Arco de Fogo, realizada na Terra Indígena Araribóia, aconteceu na região de Amarante do Maranhão no mês de dezembro de 2009, tendo como base o mesmo objetivo da anterior.

Porém, o que se tem constatado nestes últimos anos é que apenas operações esporádicas não resolvem e tampouco impedem a retirada ilegal de madeira. É preciso, para esta terra, um programa de vigilância permanente que vise garantir a sobrevivência dos Awá-Guajá, pois, logo após a saída dos agentes, os ma-

deireiros retomam suas atividades.

O Ministério Público Federal nestes últimos anos tem envidado esforços para a solução do problema em vista de amenizar conflitos existentes e coibir a extração ilegal de madeiras e a degradação ambiental.

Em 2007, a Funai e as lideranças indígenas discutiram um projeto de vigilância permanente, porém até o momento não foi efetivado. Em consequência disto, o esbulho e os saques continuam.

Para o Cimi, o primeiro passo importante foi dado pela Funai, quando confirma a existência dos indígenas isolados na terra Araribóia. Porém, o passo mais importante agora é a intensificação dos esforços de fiscalização e proteção da terra indígena Araribóia. Esta é uma medida que precisa ser tomada urgentemente para a proteção dos recursos naturais desta terra e para a sobrevivência física e cultural dos grupos de Awa-Guajá sem contato, e devolver a tranquilidade aos Tenetehara-Guajajara. ■

Estrada por onde passam os caminhões de retirada ilegal de madeira. Ao fundo, as toras retiradas de terra indígena

Assine o PORANTIM



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIAL À SAÚDE INDÍGENA

Em compasso de espera

Roberto Antônio Liebgott
Vice-presidente do Cimi

O governo federal, através do Ministério da Saúde assumiu, no ano de 2008, o compromisso público de que criaria a Secretaria de Atenção Especial à Saúde Indígena. Os povos e as organizações indígenas, depois de muita pressão, foram convidados a compor, juntamente com outros técnicos e especialistas em saúde, um grupo de trabalho para propor as bases do novo modelo de atenção à saúde, a ser implementado e executado.

O ano de 2010 iniciou, dele já se passaram dois meses, e ainda não foi apresentada a razão pela qual o governo não cumpriu o acordo firmado. Em função disso, pairam inúmeras incertezas acerca do futuro da política de assistência em saúde: Quem será o gestor? Quem prestará os serviços? Quais as funções dos Distritos Sanitários Especiais? A qual instância do Ministério da Saúde

estarão vinculados os profissionais que atuarão na saúde indígena? Quais serão as atribuições da Funasa neste período de transição e no futuro?

Não há respostas e nem interlocutores. As comunidades e povos indígenas recebem apenas informações dos prestadores de serviço ou de funcionários da Funasa, que estão, por sua vez, distantes dos espaços de discussões e das decisões. A falta de informações e de transparência em relação às perspectivas futuras da política de saúde transformam este tema num grande mistério para os indígenas.

Enquanto isso, os serviços nas áreas são precários. Em muitas regiões os convênios com prefeituras e organizações não governamentais foram encerrados e não há profissionais em condições e em quantidade suficiente, no âmbito da Funasa, para atender as necessidades das comunidades. Alastram-se as doenças como diarreias, verminoses, gripes, doenças dermatológicas. E, para

agravar o quadro, falta estrutura física e de pessoal no tocante ao atendimento das demandas de saneamento básico, de modo especial no que diz respeito aos cuidados e ao tratamento das águas.

Os primeiros sinais de que a política de saúde indígena poderá entrar em colapso foram apresentados em Minas Gerais, onde o povo Maxakali foi acometido por um surto de diarreia e vômito que ocasionou a morte quatro crianças e a internação, em estado grave, de dezenas de outras. Tudo indica que as águas utilizadas pelos Maxakali para o consumo e banho estão contaminadas.

A pergunta que se faz neste momento é: quanto tempo o governo federal vai esperar para cumprir com seu dever e estruturar a nova política de atenção à saúde dos povos indígenas? Existe, inclusive, uma decisão judicial determinando que o poder público estruture o novo modelo de assistência. Vale lembrar que a política que vinha sendo desenvolvida foi considerada inconstitucional, porque se

fundamentava na lógica da terceirização dos serviços públicos. Isso significa que as responsabilidades que constitucionalmente são da União foram transferidas, através de convênios financeiros, a prestadores de serviços.

No âmbito do Ministério da Saúde circula a informação de que a Secretaria de Atenção Especial à Saúde Indígena necessitará, para ser constituída, de uma lei específica e que o governo havia formulado um projeto, encaminhado ao Congresso Nacional. Outra informação, que circulou no mesmo ministério, é de que o governo poderia criar a Secretaria através de medida provisória, mas que os técnicos do Ministério do Planejamento engavetaram a proposta.

Enquanto os responsáveis pelas políticas públicas buscam desculpas para justificarem as suas incapacidades administrativas e ou a má vontade com a causa indígena, milhares de famílias padecem pela ausência de assistência e com a falta de diálogo e de esclarecimentos sobre temas e políticas que lhes dizem respeito.

A Secretaria de Atenção Especial à Saúde Indígena, amplamente anunciada e discutida permanece, portanto no compasso de espera. Até quando? ■

Indígenas em situação de calamidade. Mudanças na saúde indígena são mais que urgentes

Fotos: Máira Heinen



Indígenas exigem mudanças no atendimento à saúde

Máira Heinen
Editora do Porantim

Depois de esperarem mais de uma hora para serem atendidos, cerca de 50 caciques e lideranças Pataxó e Tupinambá se reuniram, na manhã do dia 27 de janeiro, com o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Forte, na sede do órgão, em Brasília. Também participaram da reunião o coordenador regional do órgão em Salvador, William Dell'Oso e o diretor de saúde indígena, Flávio Nunes.

Os caciques mostraram indignação com a situação da saúde no sul da Bahia em depoimentos fortes e até emocionados. As denúncias de cada membro da delegação muitas vezes se repetiam, com exemplos tristes que a negligência do órgão acaba causando. Entre as principais queixas estão a falta de carros para atender as pessoas doentes, a situação de abandono do Pólo de Saúde de Porto

Seguro, que foi inaugurado em setembro do ano passado e que até hoje não tem condições de funcionamento.

Em sua fala, o cacique Aruan Pataxó, da Aldeia Coroa Vermelha, reclamou da falta de conhecimento do presidente da instituição em relação aos problemas vividos pela comunidade. "O senhor como presidente deve ter pulso firme para coordenar a sua equipe. Enquanto presidente, é o maior responsável pela situação crítica que estamos vivendo", ressaltou o líder. O cacique também lembrou a falta de regularização entre a Funasa e as prefeituras da região, a falta de remédios e questionou a não execução do plano distrital que, segundo ele, desde que foi lançado, quase nada do que está no documento foi cumprido.

Outro cacique a fazer reivindicações foi Jeová Pataxó. "Pelo amor de Deus! Por que vocês fazem isso com a gente? Vocês estão nos matando! O que está acontecendo?", disse bastante emocionado.

De acordo com Jeová, não há equipe médica para atender os indígenas, não há medicamentos e ninguém assume a responsabilidade da situação. "Quando vamos cobrar, a administração em Porto Seguro joga para Salvador e Salvador diz que o problema é em Brasília. Eu não sei mais onde reclamar!", declarou. O cacique também exigiu que o presidente do órgão veja a realidade de seu povo. "Mande fiscalizar a sua equipe! O governo federal precisa mudar o seu discurso! De seis meses pra cá a coisa só piorou e o que estamos vivendo é um massacre".

Os problemas colocados pelas lideranças Pataxó acabam se repetindo com o povo Tupinambá. Sinval Tupinambá, uma das lideranças do povo, listou vários problemas e deu exemplos do que sua comunidade tem vivido. "Nos juntamos aos parentes Pataxó porque a nossa realidade é igual! Não é a primeira vez que venho aqui cobrar a melhoria desta situação", afirmou. Como uma das principais cobranças de seu

povo ele pediu a exoneração do administrador do pólo de Ilhéus.

Falta de comunicação?

Depois das falas da comissão indígena, Danilo Forte afirmou que sua administração é de portas abertas e que sempre procura visitar os estados para verificar como vão os atendimentos. "Sempre apoiamos a autonomia dos distritos e até firmamos parcerias com o Ministério Público, como é o exemplo de Mato Grosso", disse. Ele também afirmou estar surpreso com alguns relatos. Em relação às denúncias, ele se comprometeu a tomar as providências e pediu que o coordenador regional de Salvador apresentasse as explicações a respeito de tantos problemas.

O coordenador regional da Funasa de Salvador, William Dell'Oso também afirmou que não tinha conhecimento dos problemas apresentados pelos indígenas e que tomaria as providências necessárias em relação ao pólo de Ilhéus. Sobre Por-

Caciques Pataxó e Tupinambá esperam para se reunir com o presidente da Funasa

7 de fevereiro, dia de Sepé Tiaraju

Roberto Antonio Liebgott
Cimi Sul-Equipe Porto Alegre

Era ainda muito cedo quando, no acampamento à beira da RS 040, município de Capivari, Rio Grande do Sul, seis Guarani iniciaram os preparativos para a viagem a São Gabriel, local da morte de Sepé Tiaraju, líder indígena assassinado pelos soldados dos exércitos de Espanha e Portugal, no ano de 1756. Passados 254 anos, os Guarani trazem à memória esse acontecimento para celebrar, no canto, na dança, nas palavras dos homens e mulheres de hoje a histórica resistência de seus antepassados, em defesa da terra e da liberdade.

Às 10h da manhã o ônibus estacionou na beira da estrada do acampamento Capivari e nele embarcaram os seis jovens para uma viagem de mais de 400 km até São Gabriel. Entre os passageiros estava o Sr. Augusto, cacique do acampamento, que reside há mais de 20 anos à beira da estrada, entre o asfalto e a cerca de uma fazenda. O sonho do cacique e das demais pessoas que ali residem é ver sua terra demarcada.

De Capivari o ônibus seguiu para a área da Estiva, acampamento de sete hectares, um pouco mais estruturado, também à beira da estrada, uma condição que as famílias já não suportam, pois lhes impede de realizar planos para o fu-

turo. Ali outros jovens, crianças, adultos e velhos embarcaram no ônibus, rumo a São Gabriel, onde aconteceria um encontro para discutir seus problemas e realizar alguns rituais em memória de Sepé Tiaraju.

A viagem seguiu assim, passando por Salto do Jacuí, Estrela Velha, Interlagos, Varzinha, Itapuã, Canta Galo, Lami, Lomba do Pinheiro, Pacheca, Coxilha da Cruz, Passo Grande I e II, Petim, Arroio Divisa e Irapuã, este último um dos mais antigos acampamentos de beira da estrada de que se têm notícias no Rio Grande do Sul. Embora os Guarani, deste e outros acampamentos, lutem pela demarcação das terras há anos, centenas de famílias permanecem às margens das BRs. Em alguns casos, a Funai criou Grupos Técnicos para realização dos estudos de identificação das terras tradicionais, mas todos foram paralisados e, nos últimos oito anos apenas uma área Guarani, no estado do Rio Grande do Sul, foi homologada. Nos acampamentos tudo é transitório, eles não conseguem cultivar alimentos e sobrevivem, em boa parte, da venda de cestas confeccionadas a partir da fibra de taquara e de esculturas em madeira.

Em São Gabriel reuniram-se mais de duas centenas de pessoas: homens e mulheres Guarani. Naquele local os mais velhos, que os Mbyá chamam de *Karai*, coordenaram os rituais, proferindo palavras de sabedoria, entoando cantos,

Fotos: Roberto Liebgott



aconselhando e fortalecendo a confiança dos mais jovens, lembrando que, nos planos de *Nhanderu*, os Guarani devem viver em paz, com tranqüilidade, numa terra ampla e farta. O primeiro ritual Guarani foi realizado em Caiboaté, local do grande confronto ocorrido em 10 de fevereiro de 1756 entre os guerreiros Guarani e os soldados da Espanha e Portugal. Estes dois países, inimigos até então, estrategicamente se uniram para vencer a resistência indígena. Aconteceu, em Caiboaté, uma das mais sangrentas páginas de nossa história: enfrentando com lanças e flechas os canhões e fuzis dos colonizadores, os Guarani foram massacrados. A chacina é lembrada também na memória e nas tradições deste povo.

Em Caiboaté, ao pé de uma cruz colonial, os velhos, os jovens, as crianças, rezaram pelos antepassados que enfrentaram corajosamente a luta em defesa de suas terras. A cruz colonial marca o local do confronto, mas não é ela o símbolo que une os líderes religiosos do povo Guarani. A cruz traz à memória a dor, e faz brotar lágrimas nos olhos dos velhos quando proferem suas palavras sagradas. As palavras ressoam lentamente, e todos escutam com grande respeito. Nelas, remontam-se cenas e acontecimentos de épocas passadas, mas há sempre um vínculo com o presente, com os desafios de hoje ou com as injustiças sofridas pelos avós, pelos pais e filhos, neste tempo histórico. No Brasil contemporâneo os Guarani vivem ainda uma imensa dor, sempre que são vítimas do descaso,

do preconceito, da omissão do poder público, sempre que são forçados a viver em situações degradantes. Mas acima de tudo, é importante dizer que eles são guerreiros no presente.

Em algumas das falas, traduzidas para o português eles disseram: "Aqui nesta terra, que é nossa por direito e tradição, hoje moram os bois e os cavalos dos fazendeiros. Sobre a memória dos nossos mortos pisam estes animais e isso nos causa muita tristeza". Seu Turíbio, líder Guarani e cacique da área de Itapuã, enfatizou: "A história do nosso povo está sendo pisoteada pelos bois dos fazendeiros. Nem os nossos antepassados conseguem ter paz nas terras ocupadas pelos *Juruá*". Eles ressaltaram também que querem ver demarcadas as terras de Caiboaté, para que nelas possam construir um lugar de oração e respeito aos mortos.

Um segundo ritual foi realizado no centro da cidade de São Gabriel, exatamente no lugar onde, em 7 de fevereiro de 1756, Sepé Tiaraju foi assassinado. Os líderes religiosos novamente pronunciaram suas belas palavras, rezaram e proferiram discursos políticos contra a opressão praticada pelos *Juruá*. Protestaram contra o fato de o monumento, construído em homenagem a Sepé Tiaraju, ter sido derrubado recentemente. "Os *Juruá*, não querem os Guarani por perto, por isso destruíram o monumento, foi mais uma violência, mas isso não apaga a nossa memória", destacou Sr. Adolfo, *Karai* de 94 anos, um dos principais líderes religiosos Mbya-Guarani. Dona Laurinda, *Kunhã Karai*, disse que os Guarani precisam estar unidos para defender sua cultura, seus costumes e direitos.

No final do ato público Santiago Franco, importante líder Guarani, pediu que todos formassem um círculo e, de mãos dadas, eles rezaram em Guarani. Com sorrisos e semblante de alegria convidaram os *Juruá* que são solidários com suas lutas, para que também se unam e, junto com os Guarani, articulassem momentos de encontro, debates e reflexões sobre a realidade. Reivindicaram que o 7 de fevereiro seja lembrado como um dia da resistência Guarani. ■

Povos do sul relembram o grande herói Sepé Tiaraju e a sua luta pelos povos indígenas



Foto: Maira Heinen

to Seguro, ele informou a transferência do administrador de um pólo no Mato Grosso, para o pólo de Porto Seguro. Sobre o problema da falta de recursos, o coordenador afirmou ter discutido com a área administrativa do órgão, porque não estava recebendo verbas.

Em relação à falta de remédios da farmácia básica, ele afirmou que os itens serão entregues agora, no começo do ano, e sobre os outros que não constam na lista básica, será feito um pregão para definir os fornecedores de 390 tipos de medicamen-

tos. O coordenador informou também a locação de nove veículos para Porto Seguro e Ilhéus. A respeito dos carros que estão quebrados, Dell'Oso disse que as novas peças dos carros serão adquiridas em breve.

O diretor de saúde indígena, Flávio Nunes, disse que estaria em Salvador no dia 12 de fevereiro e que de lá seguiria para os pólos para verificar as demandas. Agora os indígenas aguardam o cumprimento de tantas promessas. ■

Participação e bom humor marcam o Curso de Formação Básica de 2010

Cleyenne Cerqueira *
Repórter

Primero dia e todo mundo ressabiado, tímido e ansioso para descobrir o que iria encontrar ao longo de 23 dias. Na primeira semana todos queriam que o tempo passasse logo, que dia 30 chegasse como em um passe de mágica. No fim do encontro, choro e abraços de despedida simbolizaram o carinho e as amizades construídas.

O curso de Formação Básica, oferecido pelo Conselho Indigenista Missionário, trouxe ao Centro de Formação Vicente Canhas cerca de 34 pessoas vindas de todos os continentes e de todas as regiões do Brasil. Vinte duas delas participaram da etapa I do curso, onde viram descortinar sobre seus olhos histórias de luta, paixão e coragem dos que vivem pela causa e junto aos indígenas. Os outros 12, já acostumados com o ambiente e com o ritmo dos trabalhos, participaram da etapa II do curso. O momento foi para compartilhar com os assessores e demais colegas as experiências vividas ao longo de um ano ou mais de atividades desenvolvidas junto às populações indígenas.

Encontros

Vários foram os momentos de aprendizado, de inquietações e questionamentos diante do que era exposto. Várias também foram as respostas encontradas. No dia seguinte à chegada dos participantes, o presidente do Cimi,



Foto: Arquivo Cimi

Dom Erwin Kräutler, deu as boas vindas a todos e começou sua fala questionando o porquê da presença de cada um ali, fazendo opção por viver e trabalhar pelos pobres, pelas minorias. Para ele, essas escolhas são motivadas pela fé, pela busca ao outro, que nos leva a agir em busca do bem comum.

Durante a conversa com o secretário executivo do Cimi, Éden Magalhães, pôde-se conhecer, verdadeiramente, a história e a razão de existir da instituição, motivações que a levam a trabalhar, há mais de 37 anos, junto às comunidades indígenas do país. Das aulas de Teologia, com o Pe. Paulo Suess, pôde-se constatar em que está baseado o trabalho de missão do Cimi, além das perspectivas que norteiam

esse trabalho. Conceitos como gratuidade, alteridade, coletividade, missão, diálogo e autodeterminação, com certeza, estão nos pensamentos e nos trabalhos de muitos que voltaram às suas atividades.

Com Benedito Prezia, pessoa simples, aberta ao diálogo e sempre disposta a responder às diversas dúvidas que lhes eram colocadas, os ouvidos estavam sempre atentos e fez despertar o fascínio pela verdadeira história dos indígenas no país: momentos de luta, e também de resistência e renascimento.

Dos muitos momentos divertidos ao lado da professora Lúcia Rangel fica o querer saber mais sobre antropologia, para quê, ou a que serve. Assim, como



Foto: Iara Bonin

os momentos de partilha das experiências vividas ao longo de um ano de trabalhos em comunidade pelos companheiros do Básico II. E, o mais importante, despir-se de preconceitos e estar aberto ao novo, ao diferente, quesitos indispensáveis àquele que pretende trabalhar com os povos indígenas.

Com a editora do Porantim, Maíra Heinen, os participantes do Básico II conheceram um pouco da política de comunicação da entidade. Durante a conversa, eles viram de perto e puderam analisar os veículos de comunicação da instituição (Porantim, Mensageiro, Mundo que nos Rodeia, Site, rádio Potyrô), além dos trabalhos realizados pela assessoria de imprensa. Alguns, inclusive, disseram utilizar esses veículos nos seus trabalhos diários. Os participantes ainda discutiram e sugeriram mudanças e melhorias a serem implantadas nessa política de comunicação.

Na última semana de encontro as discussões se voltaram sobre a legislação indigenista. Paulo Machado, assessor jurídico do Cimi, trouxe aos

Participantes da segunda etapa do Curso de Formação Básica do Cimi*

Hoje é um dia histórico para os povos indígenas no Brasil. Após séculos de exploração, exclusão e extermínio físico e cultural, os povos sobreviventes à grande invasão de 1500, formam uma imensa multidão na Praça dos Três Poderes, em Brasília, vindos de todos os cantos do país. O mar de cores humanas e adornos tradicionais se reúnem para festejar a última homologação de terra tradicional, reivindicada pelo movimento indígena no Brasil, a histórica terra Yvy Marane'y (terra sem males). (Fonte: *Jornal Utopias de uma Nova Era*)

Esta não seria uma notícia um tanto utópica se o Governo Lula tivesse cumprido com sua principal promessa ao movimento indígena durante sua campanha: demarcar todas as terras indígenas durante seu mandato.

E oportunidades não faltaram, pois o cenário muitas vezes se apresentou favorável. A conjuntura política, econômica e social apontava para a solução desta negação histórica de direitos constitucionais.

Oportunamente, por exemplo, a grande popularidade de Lula ocasionou alianças políticas que deram ao presidente, logo na primeira eleição, a maioria no Congresso Nacional, podendo assim pautar as reivindicações legislativas do movimento indígena.

A economia nacional, favorecida pelo quadro internacional, fortaleceu-se a ponto do Brasil tornar-se credor internacional. Desta maneira, recursos públicos para realização das demarcações não eram problema; e a mudança que poderia ser a mais significativa, não só para o movimento indígena, mas principalmente para a história jurídica do país, foi a oportunidade singular de renovar mais da metade dos ministros do STF, podendo dar a este poder uma nova linha de compreensão de justiça social e não uma confusão "judiciária / executiva".

Todas essas oportunidades poderiam ter alterado de uma vez por todas a correlação de forças políticas que impera no Brasil desde o período colonial,

Yvy
Marane'y

Última Terra
Indígena é
homologada
no Brasil

SPI – A Política Indigenista no Amazonas

Leda Bosi
Sedoc

A presente publicação corresponde a uma dissertação de mestrado defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação da UFAM – Universidade Federal do Amazonas, em 2007, sob a orientação do Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida.

O SPI, Serviço de Proteção aos Índios, foi criado em 1910 e a Inspetoria do Amazonas foi instalada em julho de 1911 incorporando em dezembro do mesmo ano o território federal do Acre. O texto abrange o período de 1910 até 1942. O SPI foi extinto em 1967 e substituído pela Funai - Fundação Nacional do Índio.

O autor mostra, inicialmente, de forma geral, como funcionou a política indigenista a partir do começo do século 19, no Brasil e, de forma particular, no estado do Amazonas, no sentido de se avaliar as mudanças no tratamento dedicado aos povos indígenas, por parte do Estado, a partir da criação do SPI.

O trabalho apresenta um significativo painel da existência do SPI na Amazônia, porém, não se limita a uma reconstituição histórica, e traz reflexões críticas sobre práticas indigenistas nos órgãos afins. O interesse do autor é o de propiciar elementos para uma interpretação sociológica das práticas indigenistas executadas nesse período.

Para a análise da trajetória do SPI, foi adotada a divisão por gestão de cada um dos inspetores, com uma análise minuciosa dos respectivos relatórios. Esses relatórios trazem informações importantes como recenseamentos dos povos, trabalho compulsório por parte dos indígenas, conflitos com a sociedade, informações etnolinguísticas, ações judiciais, dando um perfil sobre a situação vivida pelos povos indígenas. Em relação à gestão de Alípio Bandeira, 1º inspetor do SPI na região, o autor encontrou dificuldade em localizar a documentação produzida nesse período. Porém, ele destaca a obra *Jauapery*, de Alípio Bandeira, publicada em 1926, há muito tempo esgotada, e agora reeditada em boa hora pela UFAM. Este livro analisa as tensões e conflitos que marcaram a situação de contato com os povos indígenas do Baixo Rio Negro, o que supriu a ausência do seu relatório. No período de 1922 a 1929, com alguns intervalos, a presença do etnólogo Curt Nimuendaju ajudou a compreender a organização social dos povos visitados, sendo até hoje referência para quem estuda o campo do indigenismo na região amazônica.

Além de perceber qual a situação dos povos indígenas, há interesse em se contextualizar a conjuntura econômica na região, quando se dá a instalação da Inspetoria no Amazonas. Embora



Joaquim Melo
Manaus : Secretaria de Estado de Cultura/AM
2009 – 336 p.
Contato com o autor: kimmelo@ig.com.br

na época da sua criação tenha havido a perda da hegemonia na produção da borracha, em função da concorrência com aquela produzida pelo sudeste asiático, a procura pelo produto, mesmo em menor escala, continuará ocorrendo. Além disso, outros produtos de interesse econômico, a exemplo da castanha, estão localizados em terras indígenas. No Amazonas, o SPI, empenhado em organizar um processo de produção permanente, incorpora a força de trabalho indígena ao processo produtivo.

Conforme as palavras do antropólogo João Pacheco de Oliveira, no prefácio da publicação, "...o livro de Joaquim Melo é uma contribuição importante na direção de um melhor entendimento da história do SPI no Amazonas. É fruto de um cuidadoso levantamento e garimpagem de fontes esparsas, não exploradas anteriormente com finalidades analíticas, no qual o autor nos oferece a possibilidade de uma compreensão mais abrangente da atuação do SPI no Amazonas, muito além das auto-representações habituais contidas nos documentos indigenistas".

Nos anexos do trabalho há uma parte significativa da legislação que orientou as ações do SPI, além do discurso de instalação da Inspetoria do Amazonas, entre outros. Ao incluir essa documentação a idéia do autor foi a de torná-la disponível para outros pesquisadores que tenham esse material como objeto de estudo. A riqueza documental do trabalho se destaca em especial pela reunião de um importante acervo fotográfico. É uma obra de leitura essencial sobre os temas enfocados. ■



participantes importantes contribuições sobre os procedimentos de demarcação de terras, tramitação do Estatuto dos Povos Indígenas e demais direitos garantidos na Constituição Federal e em documentos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Temas polêmicos, como o Decreto nº 7.056/09, que reestrutura a Fundação Nacional do Índio (Funai), e a tramitação de projetos no Congresso Nacional, como o Estatuto dos Povos Indígenas, foram apresentados pelo Secretário-Adjunto do Cimi, Cleber Buzatto. Na ocasião, os participantes também visitaram o Congresso, onde puderam ver de perto onde são tomadas decisões que afetam diretamente o dia-a-dia dos brasileiros.

Nos últimos dias do curso, Antonio Carlos Queiroz, conhecido como ACQ, apresentou noções básicas sobre o Capitalismo, modelo econômico onde a propriedade privada e as relações de produções têm mais valor que as relações pessoais, bem

como propôs instrumentos para análise dessa conjuntura. Lara Bonin, do Regional Sul, discutiu amplamente temas relacionados ao planejamento e à elaboração de projetos e aspectos políticos e práticos da atuação missionária.

Diversão

Durante esses dias, os participantes também se divertiram. Passeios, momentos de brincadeiras, folgas e lazer foram bem aproveitados. Aos que vieram pela primeira vez à região, a visita a Brasília fez parte do roteiro. As danças, festas, saraus, surpresas ao longo das aulas, o futebol, os momentos de música e as belas serenatas realizadas tornaram os dias mais leves e agradáveis. De fato, todos levaram na bagagem os versos por diversas noites cantados em suas janelas: "Boa noite, por favor, abra a janela; venha ver a noite é bela, serenata pra você. Eu vim, vim de longe pra te ver; eu queria te dizer como eu gosto de você!". ■

* Cleymenne Cerqueira participou da etapa 1 do Curso de Formação Básica do Cimi

onde os interesses e as necessidades públicas são submetidos, antes de tudo, não à justiça, à igualdade, mas sim a interesses particulares de uns poucos.

Porém, isso implicaria uma grande mudança de mentalidade, de vontade política e de valores fundantes. O próprio presidente Lula poderia ousar de verdade, sem falácias, a olhar para as suas origens, lutas e conquistas, em meio a tanto sofrimento, descrédito e oposição, mas que ao final lhe permitiram chegar à presidência deste imenso país, conquistando inclusive aprovação nacional e internacional. Desta maneira, ele e todos aqueles que concentram o poder e a riqueza neste país, que numa democracia

deve pertencer a todos, elevariam suas consciências a uma nova concepção de desenvolvimento, pondo um fim a esta maquinaria de "justiça" completamente injusta, ineficaz e corrupta.

Infelizmente o que vemos e temos é um estado permanente de exclusão e genocídio destes povos, principalmente porque, no seu testemunho e concepção de vida e sociedade, não se cansam de lutar e caminhar na contramão da história. Esperam, contra toda desesperança, a instauração da Terra Sem Males. ■

* Flávio V. Machado – Regional MS,
Luís Fernandes – Regional Norte I,
Maristela M. Oliveira – Regional Leste,
Nelsina A. de Sousa – Regional MT



Dra. Zilda Arns – Foto: Pastoral da Criança

Uma partida inesperada

O Conselho Indigenista Missionário solidariza-se com os familiares da Dra. Zilda Arns e com todas as pessoas que integram a Pastoral da Criança, essa grande rede de vidas entrelaçadas em defesa de tantas outras vidas de meninos e meninas, filhos das famílias pobres, nos mais longínquos logradouros do Brasil e outros países, numa luta incansável pelo combate à mortalidade infantil.

A partir de sua experiência na Pastoral da Criança, Dra. Zilda colaborou durante vários anos na coordenação da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI, enfrentando os desafios da atenção à saúde dos povos indígenas, que também sofrem com os altos índices de mortes de suas crianças.

Sua inesperada partida, em meio à tragédia que se abateu sobre a tão sofrida, maltratada e castigada população do Haiti, com a qual também nos solidarizamos, revela sua opção de vida: estar sempre junto e a serviço dos pobres, e para esta missão não há fronteiras.

Cimi – Conselho Indigenista Missionário

APOIADORES

caritas



PORANTIM